vinetur

Comissão de Controlo de Bebidas Alcoólicas da Carolina do Norte aprova regras que limitam quando os grossistas podem recusar vendas

As alterações exigem motivos comerciais válidos para recusar vendas e proíbem retaliações contra retalhistas que apresentem queixas, ficando sujeitas a revisão estadual

quinta-feira, 19 de novembro de 2026



A Comissão de Controlo de Bebidas Alcoólicas da Carolina do Norte votou na quarta-feira, 18 de novembro, a favor da aprovação de novas regras que especificam em que situações os grossistas de cerveja e vinho podem recusar vender a bares, restaurantes, lojas e outros retalhistas.

As alterações destinam-se a estabelecer limites mais claros para ambas as partes do mercado. Segundo as regras aprovadas pela comissão, os distribuidores têm de apresentar um motivo comercial legítimo para recusarem uma venda. Ao mesmo tempo, os retalhistas não podem exigir entregas em situações nas quais o grossista tem o direito de as recusar.

Segundo a WRAL, as regras estabelecem que os grossistas podem recusar vendas a empresas que não tenham pago as faturas, tenham passado cheques sem provisão ou não disponham de uma licença válida para venda de bebidas alcoólicas. Também podem recusar vendas quando o produto não está disponível, quando a entrega não pode ser feita em segurança ou quando o retalhista se encontra fora da área de vendas autorizada do grossista.

As autoridades da ABC afirmaram que as alterações também pretendem proteger os retalhistas contra um tratamento injusto. Os grossistas já estavam proibidos de recusar vendas simplesmente por uma empresa ser demasiado pequena ou ficar demasiado longe de um armazém. A nova redação torna essa proteção mais explícita e acrescenta uma proibição expressa de retaliação contra retalhistas que apresentem queixas legítimas à Comissão ABC.

Esta disposição poderá ter particular importância para o setor das bebidas, uma vez que pode alterar a relação quotidiana de fornecimento entre distribuidores e empresas que vendem vinho e cerveja ao público. Lojas, restaurantes e bares dependem frequentemente de entregas atempadas para manter os produtos nas prateleiras e nas ementas, enquanto os grossistas gerem os inventários, o risco de incumprimento de pagamentos e a logística das rotas. Ao definir em que situações o fornecimento pode ser recusado e ao determinar que as queixas legítimas não podem dar origem a retaliações, as regras poderão proporcionar a ambas as partes um enquadramento mais claro para resolver divergências.

Hank Bauer, presidente da Comissão ABC, disse à WRAL que as alterações surgiram na sequência de comentários do público que pediam orientações mais específicas durante a revisão periódica das regras pelo estado. A Carolina do Norte realiza essa revisão de 10 em 10 anos.

A decisão não faz com que as regras entrem imediatamente em vigor. Antes disso, terão ainda de ser aprovadas pela Comissão Estadual de Revisão de Regulamentos.

A medida incide sobre uma área da regulamentação estadual que pode ter efeitos diretos na circulação de bebidas alcoólicas no mercado. Na Carolina do Norte, os grossistas ocupam uma posição central entre produtores e retalhistas, e os litígios relativos ao acesso ao abastecimento podem afetar tanto pequenas lojas como empresas de hotelaria e restauração de maior dimensão. A medida da comissão parece procurar reduzir a incerteza, enumerando motivos comerciais aceitáveis para recusar uma venda, em vez de deixar essas decisões mais sujeitas a interpretação.

As regras aprovadas também estabelecem limites para aquilo que os retalhistas podem esperar dos grossistas. Uma empresa que não tenha pago as faturas, tenha passado um cheque sem provisão ou deixe caducar a licença não poderá obrigar um distribuidor a continuar a abastecê-la. Do mesmo modo, se os produtos estiverem esgotados ou as condições de entrega forem inseguras, os grossistas terão um motivo definido para recusar.

Para os retalhistas, a disposição contra retaliações poderá ser uma das partes das alterações mais acompanhadas. As empresas que considerem que um grossista agiu de forma imprópria podem apresentar uma queixa legítima à Comissão ABC, e as regras revistas estabelecem que o grossista não pode penalizar o retalhista por o ter feito. Isso poderá ser importante num setor em que o acesso ao abastecimento é essencial para a continuidade da atividade.

A votação da comissão na quarta-feira, 18 de novembro, assinala mais uma etapa nos esforços da Carolina do Norte para atualizar e clarificar as regras de distribuição de bebidas alcoólicas, mas o desfecho final depende agora do processo de revisão separado a nível estadual.